

O Globo, 24 de março de 2021

Censo Demográfico com segurança

Por: Wasmália Bivar, Pedro Luís do Nascimento Silva, Lena Lavinias e Claudio Salvadori Dedecca

Os ibgeanos amam fazer o Censo Demográfico, retrato mais detalhado do país, por ser uma experiência inigualável, cheia de aprendizado, aventuras e encontros, encontro com o Brasil e os brasileiros, síntese da missão do IBGE. Por este motivo, quando os técnicos do IBGE manifestam restrições importantes à realização da pesquisa, que esperam dez anos ansiando fazer, a sociedade deve se perguntar o que está acontecendo.

O que está acontecendo é que os riscos para execução do levantamento crescem a cada dia. As preocupações iniciais se concentraram na factibilidade da operação diante da exiguidade dos recursos obtidos após sucessivos cortes, que reduziram em 80% os recursos de publicidade de uma operação que deve abrir as portas de todos os brasileiros e obter informações sobre quantos são, quem são e como vivem.

Riscos que se multiplicaram com o agravamento da pandemia (em 2020, o adiamento do Censo foi decidido em 17 de março, quando o país tinha menos de 50 óbitos confirmados por Covid). O Censo Demográfico não começa quando a coleta é iniciada em campo. Ele já começou, e as preocupações dos técnicos ibgeanos são manifestação de que a pandemia já afeta a preparação da pesquisa de forma importante, neste momento em que o número de mortos ultrapassa a barreira dos 3.000 por dia!

Riscos agravados face a evidências claras de falta de recursos, estampadas pelas solicitações de doação de equipamentos de comunicação e de proteção individual, e amplificadas com propostas adicionais de cortes no orçamento em avaliação no Congresso. Como garantir proteção sanitária a 200 mil pessoas que irão se envolver na coleta de dados e de todos que serão entrevistados se não existem recursos adequados para a cumprimento do protocolo de segurança? Os entrevistadores não fazem parte de nenhuma das listas de prioridade para imunização. A falta de proteção se amplia pela distribuição de máscaras não certificadas para as novas

variantes da Covid. E, sem recursos para propaganda, como tornar de conhecimento público os protocolos de saúde adotados para proteger também os moradores dos domicílios visitados, fundamental para que estes acolham devidamente os entrevistadores?

O comprometimento das condições para realização do Censo se amplia frente à confirmação que a coleta de informação por internet não alcança o percentual mínimo estimado para validação da amostra e que, além disso, apresenta elevado nível de não resposta parcial ou total do questionário. E, para completar, a 4 meses do início do levantamento, é proposta a alternativa de entrevistas telefônicas, modelo utilizado na PNAD Contínua, mas não testado para o Censo. Operações desta magnitude não são lugar para experimentar métodos não avaliados no contexto dessa operação.

O êxito parcial da coleta por telefone da amostra da PNAD Contínua tem garantido a manutenção de informações cruciais para a gestão da pandemia. No entanto, o levantamento tem apresentado elevada taxa de não resposta comparado à situação anterior de coleta presencial: somente 2 de cada 3 domicílios da amostra planejada são entrevistados. É, portanto, inconsistente a conduta da direção de privilegiar a modalidade de entrevista por telefone.

Outro fator de incerteza decorre da insuficiência ou inexistência dos testes, essenciais numa operação deste porte. O censo experimental em Poços de Caldas, aparentemente, foi insuficiente para testar todas as abordagens, e a continuidade dos testes em Engenheiro Paulo de Frontin foi interrompida em função das medidas restritivas adotadas para combater a disseminação do vírus. Estas dificuldades são evidenciadas pela falta de divulgação dos documentos de avaliação dos resultados destas atividades, fato que pode ser constatado pela inexistência destes documentos na página de internet sobre o Censo no portal do IBGE.

A pandemia mostrou que os custos de operação aumentaram nos diversos setores da economia, devido à compra de equipamentos de proteção individual e adoção de procedimentos adicionais de higienização e distanciamento exigidos nos protocolos de segurança sanitária. Isto também vai ocorrer com a execução do Censo.

Considerando este rol de riscos que recaem sobre o levantamento, cabe a pergunta: qual o critério adotado pela direção do IBGE para insistir na

realização do Censo agora, sem ouvir as preocupações dos técnicos, considerar as limitações causadas pela emergência sanitária da pandemia e sem condições de garantir a qualidade do levantamento frente à perspectiva de maiores custos com menor disponibilidade de recursos?

Seria de fundamental importância que o Censo Demográfico fosse realizado em 2021. Porém, é crucial que haja transparência nos processos decisórios, e que o corpo técnico e os comitês técnicos assessores fiquem convencidos de que as inovações e as medidas de segurança que a direção do IBGE afirma contar para a realização do Censo poderão ser realizadas satisfatoriamente com os recursos disponibilizados para a operação. Pior que não fazer o Censo é fazer um Censo com graves defeitos que levem ao descrédito em seus resultados.

Fonte original: <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniaio/post/censo-demografico-com-seguranca.html>